

Oswaldo Agripino de Castro Junior

Advogado (UERJ/1992), Pós-Doutor em Regulação de Transportes (Harvard University), Piloto de navios mercantes (1983/87) e Professor do Mestrado e Doutorado em Ciência Jurídica da Univali, do Mestrado em Engenharia dos Transportes (UFSC) e do IMLI/IMO/ONU

Norman Augusto Martínez Gutiérrez

Advogado, Mestre e Doutor em Direito Marítimo Internacional e Associate Professor no IMO International Maritime Law Institute (Malta) e Co-Coordenador do The IMLI Manual on International Maritime Law, Vols. I, II e III, Oxford University Press

LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO TRANSPORTE MARÍTIMO

RENOVAR

Rio de Janeiro
2016

abdr 
Associação Brasileira de
Direito de Regulação de
Transportes
Respeite o direito autoral!

Todos os direitos da edição publicada em língua portuguesa reservados à
LIVRARIA E EDITORA RENOVAR LTDA.

MATRIZ: R. Antunes Maciel, 177 - São Cristóvão-RJ

CEP: 20940-010 - Tels.: (21) 2589-1863 / 2580-8596

FILIAL SP: R. Conselheiro Carrão, 247 - Bela Vista, São Paulo-SP

CEP: 01328-000 - Tels.: (11) 2645-5442 / 2645-5452

www.editorarenovar.com.br © 2016 by Livraria Editora Renovar Ltda.

Conselho Editorial:

Arnaldo Lopes Süssekind — Presidente (*in memoriam*)

Antonio Celso Alves Pereira

Caio Tácito (*in memoriam*)

Carlos Alberto Menezes Direito (*in memoriam*)

Celso de Albuquerque Mello (*in memoriam*)

Gustavo Binenbojm

Gustavo Tepedino

Lauro Gama

Luís Roberto Barroso

Luiz Edson Fachin

Luiz Emygdio F. da Rosa Jr.

Manoel Vargas

Nadia de Araujo

Nelson Eizirik

Ricardo Lobo Torres

Ricardo Pereira Lira

Sergio Campinho

Capa: Sheila Neves

Editoração Eletrônica: TopTextos Edições Gráficas Ltda.

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Castro Junior, Osvaldo Agripino de
Gutiérrez, Norman Augusto Martínez
C348l Limitação da responsabilidade civil no transporte marítimo / Osvaldo
Agripino de Castro Junior / Norman Augusto Martínez Gutiérrez — Rio de
Janeiro: Renovar, 2016.
276p. ; 21cm

ISBN 978-85-7147-908-1

Inclui bibliografia

1. Direito Marítimo. 2. Limitação da Responsabilidade Civil. I. Título.

CDD 362-00

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

10307

Sumário

Prefácio Eliane M. Octaviano Martins	ix
Apresentação Luiz Roberto Leven Siano	xiii
Apresentação dos autores	xix
Lista de abreviaturas	xxiii

CAPÍTULO 1 — LIMITAÇÃO GLOBAL DA RESPONSABILIDADE E CONVENÇÃO 1924

1.1. Limitação global da responsabilidade civil: aspectos introdutórios	1
1.1.1. Transporte de mercadorias pelo mar	8
1.1.2. Contrato de transporte marítimo de mercadoria	26
1.1.3. Transporte de passageiros e suas bagagens pelo mar... ..	31
1.1.4. Limitação da responsabilidade civil no Direito Marítimo do Século XXI	34
1.1.5. Limitação e exclusão da responsabilidade civil	37
1.1.6. Contra ou favor da limitação da responsabilidade civil no Direito Marítimo do Século XXI?	43
1.2. <i>Convenção 1924</i>	48
1.2.1. Legitimados a requererem a limitação da responsabilidade	49
1.2.2. Natureza das ações sujeitas à limitação	50
1.2.3. Os limites da responsabilidade	52
1.2.3.1. O limite geral da responsabilidade civil	52
1.2.3.2. O valor do navio	53

1.2.3.3. O frete	55
1.2.3.4. Os acessórios.....	55
1.2.4. O limite da responsabilidade por morte ou lesões corporais	55
1.2.5. Reunião de ações.....	56
1.2.6. Garantia de crédito e impedimento de outras ações ..	57
1.2.7. Âmbito de aplicação.....	58
1.2.8. O protocolo de assinatura	59
1.2.9. A situação atual da <i>Convenção 1924</i>	59
CAPÍTULO 2 — CONVENÇÃO LLMC EMENDADA PELO PROTOCOLO 1996 LLMC	61
2.1. Introdução.....	61
2.2. Beneficiários da limitação da responsabilidade	62
2.2.1. Proprietário do navio.....	63
2.2.1.1. Afretadores	64
2.2.1.2. Administradores e operadores	66
2.2.2. Salvadores	67
2.2.3. Qualquer pessoa cujo ato o proprietário do navio ou salvador seja responsável.....	68
2.2.4. Responsabilidade das seguradoras.....	69
2.3. Reclamações sujeitas à limitação.....	70
2.3.1. Reclamações decorrentes de morte, lesões pessoais, extravio ou dano à propriedade.....	71
2.3.2. Reclamações decorrentes de atraso	72
2.3.3. Reclamações por violação de direitos.....	73
2.3.4. Reclamações por remoção de casco e de carga.....	74
2.3.5. Reclamações em relação às medidas tomadas para impedir ou reduzir perda	76
2.4. Reclamações excepcionadas da limitação.....	78
2.4.1. Salvatagem e avaria grossa.....	78
2.4.2. Reclamações de dano decorrente de poluição por óleo	79
2.4.3. Reclamações decorrentes de dano nuclear.....	82
2.4.4. Reclamações de empregados do proprietário de navio ou salvador.....	83
2.4.5. Reclamações excluídas por reservas.....	84

2.5. Condutas que não permitem a limitação	85
2.5.1 Ação pessoal ou omissão	85
2.5.2. Intenção	86
2.5.3. Imprudência e com conhecimento	87
2.5.4. Perda	89
2.5.5. Tal perda	89
2.5.6. Ônus da prova	90
2.6. Reconvenção	91
2.7. Os limites da responsabilidade civil	92
2.7.1. Os limites gerais de responsabilidade	93
2.7.2. Limitação da responsabilidade civil para reclamações de passageiros	99
2.8. Reunião de reclamações	101
2.9. O fundo de limitação	103
2.9.1. Constituição e distribuição do fundo	104
2.9.2. Suspensão em relação a outras ações	107
2.10. A situação atual da Convenção LLMC emendada	108

CAPÍTULO 3 — LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE NAS CONVENÇÕES DE TRANSPORTE DE MERCADORIA E NO DIREITO BRASILEIRO

3.1. Convenções que regulam a limitação da responsabilidade civil no transporte marítimo de mercadoria (Haia, Haia-Visby, Hamburgo e <i>Rotterdam</i>)	113
3.2. Limitação da responsabilidade civil no Brasil	122
3.2.1. Responsabilidade civil objetiva ou subjetiva?	142
3.3. Ratificar ou não as <i>Regras de Rotterdam</i> ? A posição da Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM)	149
3.4. Aspectos destacados das <i>Regras de Rotterdam</i> e seu impacto no direito brasileiro	153
3.4.1. Definições	159
3.4.2. Aplicabilidade das defesas e limites da responsabilidade	166
3.4.3. Âmbito de aplicação	168
3.4.4. Exclusões específicas	169

3.4.5. Fundamento da responsabilidade.....	170
3.4.6. Limites da responsabilidade.....	173
3.4.7. Fundamento da responsabilidade por perda decorrente de atraso	175
3.4.8. Perda do direito de invocar a limitação da responsabilidade	176
3.4.9. Contrato de volume	177
3.4.10. Limitação global de responsabilidade	179
3.4.11. Análise econômica da limitação da responsabilidade civil.....	180
3.4.12. Impacto das <i>Regras de Rotterdam</i> no direito brasileiro	184

CAPÍTULO 4 — LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E SUAS BAGAGENS POR MAR.....	193
4.1. Cenário da responsabilidade civil no transporte marítimo de passageiros no Brasil: o Caso <i>Bateau Mouche IV</i>	197
4.2. Limitação da responsabilidade civil no transporte marítimo de passageiros	206
4.2.1. Introdução.....	206
4.2.2. Limitação da responsabilidade civil no transporte marítimo de passageiros no âmbito supranacional	209
4.2.3. Limitação da responsabilidade civil no transporte marítimo de passageiros no direito brasileiro.....	212
4.2.3.1. Contrato de transporte	212
4.2.3.2. Jurisprudência.....	221
4.2.3.3. Regulação da limitação da responsabilidade civil.....	231
4.2.3.4. No transporte de passageiros	234
4.3. Limitação da responsabilidade civil na <i>Convenção de Atenas</i>	236
4.3.1. Âmbito de aplicação.....	237
4.3.2. Pessoas responsáveis	237
4.3.3. Fundamentos legais da responsabilidade civil.....	238
4.3.4. Responsabilidade do transportador	240
4.3.5. Responsabilidade dos prepostos ou mandatários	241
4.3.6. Responsabilidade do transportador executante	243

4.3.7. Responsabilidade por objetos de valor	244
4.3.8. Culpa recíproca do passageiro.....	245
4.3.9. Ônus da prova	246
4.3.10. Requisitos da ação.....	247
4.3.11. Os Limites da responsabilidade	248
4.3.11.1. Morte ou danos pessoais	248
4.3.11.2. Extravio ou dano à bagagem.....	248
4.3.12. Disposições suplementares	249
4.3.13. Perda do direito à limitação	249
4.3.14. Outras convenções sobre limitação da responsabilidade	250
4.4. Relação da <i>Convenção de Atenas</i> com outras normas relacionadas ao transporte de passageiros	250
4.4.1. O Protocolo de 1990	251
4.4.2. O Protocolo de 2002	251
4.4.2.1. Fundamento da responsabilidade	252
4.4.2.2. Responsabilidade do transportador.....	253
4.4.2.3. Ônus da prova	259
4.4.2.4. Seguro obrigatório.....	254
4.4.2.5. Certificado.....	255
4.4.2.6. Os novos limites da responsabilidade	255
4.4.2.6.1. Morte ou danos pessoais	255
4.4.2.6.2. Extravio ou danos à bagagem	257
4.4.3. Reserva e Diretrizes da IMO para a Implementação da <i>Convenção de Atenas 2002</i>	257
4.4.3.1. Reserva.....	258
4.4.3.2. Diretrizes	262
4.4.3.3. Relação entre a reserva e diretrizes da IMO e a <i>Convenção de Atenas 2002</i>	262
REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS	267
ÍNDICE DE CASOS CITADOS	275